

## DESAFIOS E AÇÕES PARA A EFETIVA INCLUSÃO EDUCACIONAL: algumas considerações

*Eliane Mahl<sup>1</sup>*

*Fátima Elisabeth Denari<sup>2</sup>*

*Douglas Roberto Borella<sup>3</sup>*

*Jalusa Andréa Stoch<sup>4</sup>*

*Fabiano da Guia Rocha<sup>5</sup>*

### RESUMO

Nestes tempos de rápidas e profundas transformações sociais que repercutem, por vezes de maneira dramática nas escolas, acaba obrigando os professores a fundamentarem-se teoricamente para justificar à comunidade escolar e à própria sociedade o que já sabem fazer: transmitir saberes universais construídos historicamente, estreitando assim as relações entre o seu próprio discurso, o da legislação e o de sua prática pedagógica. Em tempos de inclusão, nunca fez-se tão necessária a busca por qualificação na formação profissional, objetivando transformar a sociedade excludente em uma sociedade para todos. Uma sociedade onde todos possam, por meio da educação, refletir criticamente sobre as suas potencialidades e limitações, bem como sobre as de outras pessoas, independente se estas pessoas/alunos apresentam ou não Necessidade Educacionais Especiais. E, mesmo talvez com uma visão utópica, não se pode deixar de acreditar que todo ser humano é indispensável e

1. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: do\_mahl@hotmail.com
2. Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: fadenari@terra.com.br
3. Professor Doutor do Colegiado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Email: douglasedufisica@yahoo.com.br
4. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: jalusa\_s@hotmail.com
5. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: eng.fabianorocha@gamial.com

importante para a construção de uma sociedade mais justa, e como o alunado também adquire valores através da educação, que estes valores estejam atrelados ao reconhecimento de que cada ser humano é único e especial, tendo muito a contribuir com suas diferenças.

**Palavras-chave:** Inclusão. Práticas pedagógicas. Formação profissional.

## **CHALLENGES AND ACTIONS TO EFFECTIVE EDUCATIONAL INCLUSION: some critical comments**

### **ABSTRACT**

This time of rapid and deep social changes is felt, sometimes in a tragic way, in the school environment. As a result, teachers are forced to be based on theory to justify to the school community and to society what they already know: historically built universal knowledge; narrowing thus the relationship between their own speech and the legislation and their pedagogical practice. In times of inclusion, professional qualification has never been so necessary to turn the exclusionary society into an inclusionary one, in which, through education, people can reflect critically on their own potentialities and limitations and on those of other people as well, whether or not they need special education. After all, despite being an idealistic view, we must not stop believing that all human being is indispensable and important to the construction of a fairer society. And, since students also acquire values through education, we hope that these values may include the recognition that each person is unique and special and has much to contribute to their differences.

**Keywords:** Inclusion. Pedagogical practice. Professional qualification

### **INTRODUÇÃO**

Observa-se, historicamente, que a dialética acerca da inclusão educacional caminha em um terreno controverso, desigual e crescentemente complexo, apesar de estar presente constantemente nos discursos

políticos, os quais, em sua maioria, defendem o direito de todos, como acesso e permanência à educação de qualidade no ensino regular.

Todavia, o fato de o discurso inclusivo estar tão em voga e consolidado em documentos internacionais e nacionais, estes não remetem ao significado de que as práticas de inclusão efetivamente estejam acontecendo. Para isto, Rodrigues (2006) chama-nos a atenção relatando que a inclusão tornou-se um campo polêmico devido à contradição existente entre a legislação e as práticas nas escolas, onde tanto na legislação quanto no discurso os professores tendem a ser rapidamente inclusivos, enquanto as práticas escolares só muito discretamente tendem a ser inclusivas de modo discreto. O pronto acolhimento do discurso da inclusão pelos professores pode sugerir o que estava dormente na consciência coletiva sobre a imperiosa necessidade de uma revolução radical na educação, tentando colocar em prática os ideais democráticos tão acalentados nos discursos, tanto acadêmicos quanto oficiais da educação. Porém, também podem representar uma adoção um tanto quanto impensada de um discurso politicamente correto e de retórica impecável, o que talvez não deixe de ser sedutor para os professores (OMOTE, 2008).

Neste ínterim, imbuídos do sentimento de otimismo pedagógico, os professores em sua maioria buscam proporcionar a todos os alunos, além da apropriação do saber elaborado pela ciência, também uma maior compreensão de mundo, de homem e de sociedade, independente do gênero, classe sócio-econômica, etnia, religião, opção sexual, características físicas, sensoriais, cognitivas e psicológicas a que estes alunos pertençam.

Assim sendo, a educação de uma maneira geral não implica, em novas concepções/ideias; porém, sabe-se que no decorrer da história da humanidade, a educação do público alvo da inclusão (alunos com deficiência, altas habilidades, condutas típicas, transtornos do desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem) passou por períodos de negligência, abandono, perseguição, extermínio, institucionalização, para por fim chegar ao ambiente escolar regular, sendo que ainda mantêm-se acesa, mesmo que de forma tênue ou velada, a chama de alguns resquícios do preconceito e ranços do passado em relação a estas pessoas.

Diante disto, a escola como espaço inclusivo têm sido alvo de inúmeras reflexões e debates, pois a ideia de inclusão remete-nos às dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, onde di-

versos elementos como a arquitetura, engenharia, transporte, acesso, experiências, currículo, conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores entre outros, coexistem, formando este lócus extremamente complexo. Atrelado a estes empecilhos, a discussão de uma escola para todos tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais<sup>6</sup> (CIDADE e FREITAS, 2009).

Destarte, suscitaram algumas indagações, as quais acabaram tornando-se as questões norteadoras deste estudo: Como promover a inclusão no ambiente escolar de maneira responsável e competente? Enquanto professores, como efetivar o discurso da inclusão presente nas legislações? Como agir de modo a proporcionar a aprendizagem a todos os alunos?

Para responder a tais questionamentos baseamo-nos em alguns estudos que abordam temáticas relacionadas à inclusão, bem como em nossas próprias experiências como professores, cada qual com sua área de formação, porém atuantes no ambiente escolar.

## DESAFIOS E AÇÕES PARA A EFETIVA INCLUSÃO NA ESCOLA

Na escola, a inclusão “pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente”, (CARVALHO, 1998, p. 170); porém, na atual estrutura socioeducativa em que está inserida a educação brasileira, passamos por uma forte crise de identidade e paradigmas, na qual o discurso embutido na legislação e nas conversas dos envolvidos no cotidiano escolar sobrepõe à prática.

Esta crise de identidade e paradigmas refere-se às problemáticas de todo o sistema educacional, o que conseqüentemente dificulta a aplicação dos princípios da inclusão na educação. Omote (2008) reforça esta ideia ao mencionar que as mudanças que se verificam-se na

---

6. A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Esta associada, portanto, a dificuldade ou facilidade de aprendizagem, não necessariamente vinculada somente à deficiência (BRASIL, 1998).

educação brasileira, expostas sobretudo na forma de discursos acerca da inclusão, precisam ser analisadas com certo cuidado, pois a escola pública tem apresentado dificuldades crônicas para promover o ensino de qualidade para todos os seus alunos, sendo que além das condições precárias de ensino, em termos infra-estruturais, a escola pública, descontando algumas raras exceções, apresenta persistente paralisia diante do desafio educacional representado pela ampla diversidade de condições apresentadas pelos alunos, incluindo não só a extensa variação de experiências culturais e linguísticas relacionadas às desigualdades sociais, como também as dificuldades e impedimentos que resultam de inúmeras alterações expressivas nas capacidades funcionais dos alunos, estas decorrentes de doenças e outras alterações orgânicas.

É no ambiente escolar e na educação dos alunos que esta ampla diversidade de condições apresentadas pelo alunado coloca-se de forma mais evidente e mais intensa. É, sobretudo, na educação dos alunos que manifestam-se as diferenças físicas, sensoriais, psíquicas, comportamentais e intelectuais daqueles a quem a escola costuma afirmar terem necessidades educacionais especiais, (PIRES, 2006). Eis que surgem os desafios da educação inclusiva: que ações utilizar para promover a inclusão no ambiente escolar de maneira responsável e competente? Enquanto professores, como efetivar o discurso da inclusão presente nas legislações? Como agir de modo a proporcionar a aprendizagem a todos os alunos, independente de apresentarem necessidades educacionais especiais ou não?

Para Rodrigues Amaral (1992), Sacristán (2002), Pires (2006), Omote (2008), Denari (2008) dentre outros estudiosos, alguns aspectos são essenciais e devem ser repensados para responder aos questionamentos anteriormente apresentados, sendo eles: valores e preconceitos atribuídos ao público alvo da inclusão, formação de professores, recursos, currículo e gestão de sala de aula.

a) Valores, preconceitos e atitudes: os valores, preconceitos e as ações discriminatórias dirigidas a um alvo específico concretizam-se nas relações interpessoais que são mediadas pelo estereótipo, advindo, muitas vezes, do desconhecimento (AMARAL, 1992).

Consideram-se o fato de que o desconhecimento acaba por gerar distorções da realidade e, conseqüentemente, levar ao preconceito. Por

meio desta constatação, destaca-se a importância do seu enfrentamento, principalmente pelos professores que atuam com os alunos com necessidades educativas especiais, pois serão eles os perpetuadores, em suas práticas pedagógicas, de atitudes positivas (ou não) frente à diversidade presente no grupo de alunos.

Ressalta-se que o aluno com (ou sem) necessidades educativas especiais necessita de que suas diferenças sejam entendidas, exploradas e valorizadas através de oportunidades adequadas de acesso e aprendizagem no contexto escolar, as quais podem ser desafiadoras, mas que ajustem-se as suas possíveis habilidades e necessidades. Todavia, deve-se tomar o cuidado para que as atitudes e propostas nas práticas dos professores não acabem fazendo com que o aluno com necessidades educacionais especiais não se sinta tratado com algum tipo de comiseção, invisibilidade ou ainda com capacidades superiores.

A exacerbação de quaisquer das atitudes anteriores é tão maléfica e equivocada quanto acreditar que por ter a deficiência, transtorno de desenvolvimento ou condutas típicas, o aluno não consiga desenvolver atividades de forma significativa, portanto, facilitar as coisas que poderiam ser conquistadas como outro aluno qualquer, ou, não aceitá-lo como capaz de alcançar determinados objetivos, são posturas comuns e equivalentemente prejudiciais, pois, ou empregam-lhe limites demasiados, ou não lhe dão parâmetro algum de limites.

Para isto, deve-se olhar para os alunos que apresentam peculiares condições e perceber-se, não a limitação, nem a desvantagem, mas suas capacidades, possibilidades, potencialidades que, ressignificam o conceito de diferença, ou seja, ser “diferente não é ser melhor ou pior; a diferença simplesmente é existente” (PEDRINELLI e VERENGUER, 2008, p. 11).

b) Formação de professores: a profissão de professor exige imensa versatilidade e capacidade de delinear e desenvolver planos de intervenção em condições muito diferentes. Para isto não basta apenas uma formação acadêmica, faz-se necessária uma formação profissional continuada, reflexiva e coletiva acerca do processo de inclusão, a qual deve versar não apenas sobre as patologias dos alunos (RODRIGUES, 2006), mas sim sobre indicações pedagógicas que contribuam para que o professor possa pesquisar, analisar,

refletir e executar as melhores estratégias metodológicas para que o aluno com necessidades educacionais especiais realmente participe do processo ensino-aprendizagem.

Mediante este entendimento, talvez seja possível inferir a necessidade de uma compreensão de que não se podem resolver os problemas das desigualdades e das diferenças, sem antes acelerar a profissionalização e aumentar as competências do professor (DENARI, 2008).

Assim, quando em sua prática pedagógica diária o professor defrontar-se com a diversidade, a pluralidade e as singularidades de seus alunos, com ou sem necessidades educativas especiais, suas competências pedagógicas e didáticas adquiridas em sua formação o levariam a refletir e a resolver as problemáticas encontradas no ambiente escolar, cooperando assim na busca de uma educação realmente inclusiva.

c) Recursos: somente com um livro didático, único para toda a classe, ou com a falta de carteiras, lousa, giz, entre outros recursos à disposição dos alunos e professores, é impossível diferenciar a prática pedagógica quando for conveniente o fazer. O sucesso das práticas dos professores dependem muito da ajuda material que, por seu conteúdo, nível e capacidade de estimular, possa ser trabalhado com os alunos, principalmente dos que apresentem necessidades educacionais especiais (SACRISTÁN, 2002).

A escola regular que almeja a capacidade de responder com competência e rigor a diversidade de todos os seus alunos necessita recrutar profissionais especializados (terapeutas, psicólogos, fisioterapeutas, trabalhadores sociais) e dispor de equipamentos, locais e recursos pedagógicos diferenciados e atualizados, a fim de atender a todos os alunos, em especial os alunos com deficiências, dificuldades e facilidades de aprendizagem ou de convívio social.

d) Currículo escolar: um currículo escolar é primeiramente, no vocabulário pedagógico um percurso educacional, um conjunto contínuo de situações às quais um indivíduo vê-se exposto ao longo de um dado período, no contexto de uma instituição de educação formal (FORQUIN, 1993).

Uma escola que não diferencia seu currículo acaba por não usar modelos inclusivos e forçosamente não promove a igualdade de oportu-

nidades entre seus alunos, sendo que a tarefa de promover adequações curriculares<sup>7</sup> não é apenas do professor, mas também de responsabilidade da escola, pois este ambiente refere-se à coletividade (professores, alunos, pais, equipe pedagógica e administrativa), onde a equipe como um todo pode incentivar e desenvolver projetos inovadores, contribuindo com o as propostas pedagógicas do professor.

e) Gestão de sala de aula: o número exagerado de alunos por turmas é recorrentemente enunciado como obstáculo ao desenvolvimento de práticas inclusivas, dificultando o atendimento às necessidades individuais.

Segundo Rodrigues (2006), desenvolver uma a gestão de uma sala de aula inclusiva não pressupõe um trabalho individual, mas sim o planejamento e execução de um programa no qual os alunos possam compartilhar tipos de interação e identidade; ou seja, o professor deve olhar todos os alunos como diferentes, percebendo que todos tem peculiaridades/singularidades próprias. Um aluno com alguma necessidade educacional especial pode compartilhar tranquilamente sessões de aprendizagem com os colegas, tendo assim um ensino de qualidade.

Todavia, a qualidade surge como conceito de difícil definição, onde se tomam algumas decisões, anulam-se outras, criam-se e extinguem serviços, porém, tratando-se de educação, falar em qualidade de ensino acaba por levantar muitos problemas, pois o que é qualidade para um professor pode não ser para outro, para os pais e para a própria gestão escolar. A questão é: se entendemos qualidade enquanto preparação para enfrentar com conhecimento e sucesso as situações sociais, que tipos de práticas poderíamos incentivar?

Para Rodrigues (2006), as práticas adequadas seriam aquelas em que o aluno apresenta desde a fase escolar um contato maior com situações heterogêneas, contraditórias, conflituais, a fim de desenvolver

---

7. As adequações curriculares são as modificações necessárias nos diversos elementos do currículo básico para adequá-los a diferentes situações, grupos e pessoas para o qual ele se destina, sendo que estas adequações propostas podem ser de caráter geral, que afetam todas as áreas curriculares (eliminação de um objetivo da série, introdução de um sistema de comunicação ou de escrita, utilização de um material específico), ou específicas, isto é, centradas em uma área curricular concreta (eliminação ou introdução de um objeto da área de linguagem, revisar o tipo de apoio pedagógico que se determinou para essa área) (MIRANDA, 2011).

aptidões de negociações, estabelecer plataformas adequadas e usar aptidões sociais. Assim, a qualidade na educação encontra-se mais facilmente ligada a classes heterogêneas do que a classes homogêneas.

Diante disto, se a educação de qualidade é a que melhor prepara para lidar com as situações sociais ecologicamente válidas, então é a educação inclusiva que melhor permite que o aluno tenha acesso ao patrimônio de experiências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes tempos de rápidas e profundas transformações sociais que repercutem, às vezes de maneira dramática, nas escolas, obriga os professores a fundamentar-se teoricamente para justificar à comunidade escolar e a própria sociedade o que já sabem fazer, estreitando assim as relações entre o seu próprio discurso, o da legislação e o de sua prática pedagógica.

Em tempos de inclusão, nunca fez-se tão necessária a obrigatoriedade de formação profissional, de inovação, de experimentação de novos modelos, estratégias, metodologias e conteúdos, a ações que objetivam transformar a sociedade excludente em uma sociedade para todos, onde todos possam pelo menos, por meio da educação, refletir criticamente sobre as suas potencialidades e limitações, bem como, as de outras pessoas, independente se estas pessoas/alunos apresentam ou não necessidade educacionais especiais.

E, mesmo talvez sendo uma visão utópica, não se pode deixar de acreditar que todo ser *humano é indispensável e importante* para a construção de uma sociedade mais justa. Como o alunado também adquire valores através da educação, que estes valores venham atrelados ao reconhecimento de que cada *Ser Humano é único e especial*, tendo muito a contribuir com suas diferenças.

**Recebido em: setembro de 2011.**

**Aceito em: dezembro de 2011.**

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infanto-juvenil**. São Paulo: 1992. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – USP.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações curriculares/Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF, 1998
- CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. **Introdução à Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência**. Curitiba: UTFPR, 2009.
- DENARI, F. E. Percorrendo trilhas, (re) interpretando o mundo: a formação docente para uma educação (mais) inclusiva. DENARI, F. E. (Org.). In: **Igualdade, diversidade e uma educação (mais) inclusiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.
- EDLER CARVALHO, R. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura**. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artmed, 1993.
- MIRANDA, T. G. **A educação especial no marco da adequação curricular**. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/~nepec/noesis1/theres.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2011.
- OMOTE, S. Diversidade, educação e sociedade inclusiva. OLIVEIRA, A.A.S de; OMOTE, S.; GIOTTO, C. R.M. (Orgs). In: **Inclusão escolar: as contribuições da educação especial**. São Paulo: Fundep, 2008.
- PEDRINELLI, V. J; VERENGUER, R. C. Educação Física Adaptada: Introdução ao universo das possibilidades. GORGATTI, M. G; COSTA, R. F. (Orgs) In: **Atividade física adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri: Manole, 2008.
- PIRES, J. A questão de ética frente às diferenças: uma perspectiva de pessoa com valor. Em: MARTINS, L.A.; PIRES, J.; PIRES, G.N. da L.; MELO, F.R.L.V (orgs) **Inclusão: Compartilhando saberes**, Petrópolis: Vozes, 2006, p. 78-94.
- RODRIGUES, D. (Org). Dez ideias (mal) feitas sobre Educação Inclusiva. RODRIGUES, David. In: **Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006, p. 299 - 318.